

/artigos

O Conceito de Populismo: Interseções entre o Conhecimento Acadêmico e o Debate Político no Brasil (1950-1970)

Roberta Rizzo Dittrich Vieira

Universidade Federal do Paraná
<https://orcid.org/0000-0003-4267-7709>
robertarizzod31@gmail.com

Resumo: Este texto procurou analisar a trajetória do conceito de populismo no Brasil. Trata-se de um exercício analítico, estimulado pela metodologia de pesquisa proposta por Reinhart Koselleck, associado a tradição da *Begriffsgeschichte*. Segundo essa corrente teórica os conceitos devem ser compreendidos a partir de um campo semântico, que confere sentido às palavras. Assim, pretendeu-se identificar o modo pelo qual o “populismo” foi apropriado pelas mídias antigetulistas durante as eleições presidenciais de 1950. Entende-se que, a partir de suas primeiras formulações por acadêmicos brasileiros, o conceito foi utilizado pela imprensa da época como uma arma de luta política contra o governo de Getúlio Vargas.

Palavras-Chave: Populismo, Koselleck, História dos Conceitos, Getúlio Vargas.

Introdução

Considerando o percurso da produção teórica e a dinâmica do debate político brasileiro, coube indagar em que contexto o conceito “populismo” emerge no Brasil como elemento fundamental do discurso político. Almeja-se compreender como diferentes autorias e contextos históricos e sociais influenciaram a variação semântica do termo. Será utilizada como orientação teórico-metodológica a história dos conceitos, que tem como principal expoente o historiador alemão Reinhart Koselleck. Em um primeiro momento, serão discutidos os impactos da intensificação da atividade acadêmica na década de 1950, que proporcionou um aumento substancial de formulações do fenômeno que se diferenciam conforme as perspectivas teóricas que compuseram esse cenário político. De modo que o próprio ato de definir suas diferentes possibilidades de conceitualização se tornou um problema teórico relevante. Em seguida, será exposto que o uso do termo “populismo”, a partir das eleições presidenciais de 1950, se transforma em uma estratégia política utilizada pela mídia conservadora da época contra seus adversários políticos. O objetivo do presente texto é, portanto, identificar como o processo formal de conceitualização do fenômeno se impactou a esfera do debate público.

Não se aspira discutir contextos diferentes do brasileiro, assim, será analisado apenas o momento em que o conceito ganha força nas produções acadêmicas e na política brasileira. O populismo passa a fazer parte recorrente do discurso, tanto especializado, quanto leigo, na década de 1950. Assim, a partir da análise de trabalhos acadêmicos e periódicos da época, pretende-se argumentar que a primeira conceitualização do fenômeno analisa apenas os aspectos estruturais da realidade brasileira, em particular os aspectos econômicos. Em função disto, o termo passa a ser usado como ferramenta política quando caracteriza os políticos “populistas”

como manipuladores e as “massas” como ingênuas e ignorantes. Essa estratégia discursiva, acaba destituindo às classes trabalhadoras como agência política.

Os estudos teóricos sobre o populismo demonstram que a polissemia do conceito é amplamente reconhecida pelos cientistas políticos e sociólogos e tem sido utilizada nas últimas décadas como um pressuposto. No entanto, o reconhecimento da multiplicidade de significados não resulta no fim dos debates acadêmicos sobre o termo. É possível entrever nos escritos de diferentes autores que a definição de populismo permanece em disputa e que o sentido do termo está em constante transformação. Ainda que a palavra “populismo” possa ser identificada em diferentes contextos, é preciso ter em mente que o conceito tem como lócus privilegiado na área da ciência política e da sociologia. Vale mencionar, que a partir do processo de redemocratização, em 1985, o termo ganha destaque em diversos trabalhos produzidos no Brasil, intensificando as disputas semânticas em torno do conceito.

Como mencionado, o método para a análise do problema será realizado a luz dos trabalhos produzidos por Reinhart Koselleck. A história dos conceitos, ou *Begriffsgeschichte*, é uma abordagem teórica-metodológica voltada à história política e social. A história dos conceitos representa uma alternativa à história das ideias construída aos moldes da história da filosofia. Na perspectiva da história dos conceitos, ideias ou pensamentos são elementos intrínsecos e indissociáveis dos movimentos políticos e sociais (KOSELLECK, 1999, p. 12). Segundo Koselleck:

A história dos conceitos vai além da sistematização ou adição de dados históricos de fontes. Pelo contrário, é uma abordagem interpretativa da experiência incorporada nos conceitos e decifra, na medida do possível, as alegações teóricas contidas nos conceitos. (KOSELLECK, 2009, p.12).

Para a *Begriffsgeschichte*, os conceitos são elementos fundamentais que estão presentes nos discursos e funcionam como componentes estruturantes do pensamento. Em uma abordagem histórica da linguagem os conceitos são imprescindíveis para dar sentido aos acontecimentos sociais. Segundo Koselleck

(1992, p. 136), conceitos são formulações polissêmicas passíveis de generalização que apresentam alguma regularidade de significado, mas podem sofrer alterações de sentido na relação com o contexto. São ferramentas para pensar, entender a realidade, produzir explicações e mediar a ação. Desse modo, como fato linguístico, o conceito possibilita atuar concretamente sobre a realidade. Koselleck afirma que:

«Conceito», neste sentido, tem uma estrutura muito precisa. É um índice (Nietzsche diria um "indício") que revela as transformações sociopolíticas e orienta a perspectiva histórica. Mas, ao mesmo tempo, ele transforma as ações históricas e suas expectativas. São índices e fatores, portanto, realidades teórico-práticas. As lutas político-sociais são registradas nos conceitos, mas as lutas por "termos apropriados" - luta semântica - fazem parte da luta política e a determinam. É por isso que a história conceitual (e não a velha história da filosofia) se une à história social. Construir a história do conceito é um procedimento necessário para construir a história social, não apenas na medida em que descrevemos as lutas sociais, mas também os sujeitos em luta. Caso contrário, a história conceitual degenera em mera crítica de fontes. A permanência e variação do conceito constitui um mecanismo óptico para avaliar a sobrevivência ou não de estruturas sociais, mas também as intenções e a vontade dos atores. (KOSELLECK; GADAMER, 1997, p. 32).

Para Koselleck (2014, p. 14), a linguagem é sempre singular e situacional, enquanto a semântica passa por menos variações e tende a produzir significados de longa duração. O movimento semântico das palavras no decorrer do tempo pressupõe disputas em torno da atribuição destes sentidos. Neste movimento novos conceitos são produzidos e, mesmo quando algumas palavras permanecem em uso, outras podem surgir para suprir novas necessidades (1992, p. 140). Para compreender as modulações de sentido dos conceitos, é necessário tomá-los como parte de um campo semântico ou linguístico. O campo semântico, por sua vez, é onde as palavras ganham sentido a partir das relações que estabelecem com outras

palavras e das diferentes possibilidades de significação que adquirem a depender de seu contexto.

A identificação da composição dos campos semânticos e os demais recursos teórico-metodológicos utilizados na abordagem dos conceitos políticos fundamentais é passível de ser aplicável ao estudo do conceito do “populismo”. Este conceito tem a sua dimensão política mediada pelo processo acadêmico de conceituação, que tanto representa quanto produz o seu significado. A partir desta perspectiva, a investigação da história do conceito de populismo no Brasil apresenta-se como uma possibilidade de exploração das diferentes camadas de significado que conformam as suas diferentes definições.

A produção brasileira sobre o fenômeno aponta que a persistente dificuldade na definição do termo resultou na multiplicidade de estudos relacionados à categoria e provocou um efeito de dispersão de temas e abordagens. A conceituação do populismo, se compreendida em sua dimensão histórica, é produto da atuação de diferentes indivíduos em diferentes contextos sociais e linguísticos. Seguindo a perspectiva histórica defendida pela *Begriffsgeschichte*, entende-se que tanto as construções discursivas expressas nos trabalhos acadêmicos como os seus efeitos e desdobramentos podem ser interrogados. A análise desta produção teórica, nestes termos, permite identificar relações epistemológicas e estruturais entre as diferentes formas de conceituar o populismo.

A trajetória do conceito na produção acadêmica Brasileira

De início, convém observar que o “populismo” é um conceito com um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação, não apenas no espaço acadêmico da história e das ciências sociais, como transcendendo este espaço e marcando o que poderia ser chamado de cultura política nacional. De modo que, o exame da categoria exige o reconhecimento da ocorrência de seu deslocamento de uma retórica sociológica para uma retórica política, presente nos meios de comunicação de massa e no senso comum.

Segundo a pesquisadora Maria Helena Capelato (2013, p.59), o conceito torna-se proeminente na América Latina a partir da década de 1950, fundamentado nas teorias modernistas¹ de Gino Germani e Torquato di Tella. Segundo essa abordagem, as táticas populistas passam a ser adotadas a partir da migração dos trabalhadores do campo para a cidade, isso é, a partir da modernização das estruturas sociais brasileiras. Neste sentido, compreende-se o comportamento político das classes trabalhadoras como uma reflexão das condições estruturais socioeconômicas. A experiência populista no Brasil, por esse viés, pode ser entendida como uma etapa transitória entre as relações clientelistas rurais para as políticas urbanas e a progressiva industrialização do país. Em suma, percebiam o populismo como uma política de massas voltada para trabalhadores, que migraram do campo para a cidade e que desconheciam as formas de organização e prática política do “proletariado” urbano. O populismo seria, portanto, uma continuação das relações do clientelismo adaptadas ao contexto das grandes metrópoles².

Como mostra a pesquisadora Angela de Castro Gomes em seu artigo “O populismo e as ciências sociais no Brasil”, podemos traçar a origem do uso do termo na academia brasileira a um grupo de intelectuais conhecido como “Grupo de Itatiaia”³. O grupo foi responsável por formular as primeiras análises sobre o

¹ As teorias da modernização almejam explicar o desenvolvimento das sociedades consideradas “subdesenvolvidas”. Segundo Lia Pinheiro Machado, “Essas teorias concebem determinadas características psicossociais como causas necessárias e, em alguns momentos, suficientes para o desenvolvimento econômico. Esse enfoque pode ser extremamente prejudicial ao levar teóricos, planejadores, governantes, administradores a atribuir o atraso econômico-social de alguma região ou de alguma instituição e organização às características psicossociais dos seus membros participantes” (MACHADO, 1970, p.170).

² Uma análise mais completa do tema do coronelismo pode ser encontrada nos trabalhos: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo, Alfa-Omega, 1975; e LIMONGI, F. **Eleições e democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a transição de 1945**. *Dados*, vol. 55, n. 1, 2012.

³ Participaram do grupo, dentre outros, nomes como os de Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe.

populismo no Brasil, adaptando as teorias modernistas elaboradas pelos acadêmicos mencionados. Este grupo de intelectuais⁴ identificava o populismo como sintoma do despreparo das classes trabalhadoras. O Grupo de Itatiaia estava interessado, assim como grande parte dos sociólogos da época, em debater as questões relacionadas ao desenvolvimento do país. De certo modo, desejavam encontrar uma teoria que explicasse, em sua totalidade, a estrutura do poder nacional.

Assim, os problemas relacionados à estrutura do governo e à orientação das estratégias políticas foi sintetizado pelo fenômeno do populismo nos trabalhos elaborados pelos acadêmicos. Suas ideias são mais bem explicadas em um ensaio produzido pelo grupo intitulado “O que é o Ademarismo?”, publicado em 1954, antes do suicídio de Getúlio Vargas. Nele são delineadas algumas das características principais, segundo os autores, das políticas populistas da época. O texto tem a intenção de promover a candidatura à presidência de Ademar de Barros. Para isso, procuraram distanciar a figura do político das práticas populistas e da figura de Vargas.

O ensaio aponta duas condições fundamentais para a emergência do populismo. Em primeiro lugar, o populismo é uma política de massas, ou seja, é um fenômeno vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade industrial moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe. A superação desta condição de massificação permitiria a crítica ao populismo ou a aquisição da verdadeira consciência de classe. Em segundo lugar, o populismo está igualmente associado a uma certa conformação da classe dirigente. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a classe dominante precisa conquistar o apoio político das massas emergentes.

⁴ Os membros são categorizados como intelectuais pela pesquisadora seguindo a ideia de que “intelectuais” são aqueles que buscam intervir socialmente, visto sua posição como acadêmicos. Mesmo que seu engajamento político não possua relação alguma com sua área de especialidade. Mais sobre o assunto pode ser encontrado no artigo: GOMES, A. C., HANSEN, P. S, **Intelectuais e mediadores: práticas culturais e ações políticas**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

As políticas populistas, identificadas pelas duas características mencionadas, necessitam, ainda, de um terceiro elemento: a figura de um líder carismático. Um homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas. As três peças das políticas populistas seriam, portanto: uma classe proletária alienada; uma classe dominante em crise; e um líder capaz de manipular as classes dominadas.

Esta primeira definição de “populismo” é muito questionada pelos autores que sucedem a conceitualização inicial do fenômeno. Especialmente, a partir das publicações do sociólogo Francisco Weffort na década de 1970. Seus trabalhos, assim como aqueles que se apropriam de sua abordagem, procuram revisar as interpretações até então compartilhadas e utilizadas como guias de formação política. Neste sentido, pode-se entender o movimento de Weffort como uma reação a um paradigma analítico, que recorria apenas a causas de teor estrutural para a explicação do fenômeno. Assim como, uma tentativa de privilegiar uma abordagem que se concentrava nos atores políticos tradicionais e dominantes que, por consequência, assumia um juízo de desqualificação das classes trabalhadoras como agentes capazes de formar uma consciência e uma orientação política autônoma.

Como mencionado, Weffort é um dos principais teóricos do populismo no Brasil e um dos primeiros a questionar a perspectiva modernista para a análise do conceito. Convém mencionar que a sua produção foi realizada num contexto de crise no pensamento das ciências sociais brasileiras. Marcada pela necessidade de explicar o golpe de 1964 e de, para fazê-lo, revisar as interpretações hegemônicas da sociedade brasileira. Para Weffort o populismo é o produto de um longo processo de transformação da sociedade, instaurado a partir da Revolução de 1930, que se manifestou de duas maneiras predominantes: como estilo de governo e como política de massas. Assumindo uma perspectiva histórica, sua análise incidirá na construção de dois momentos para a investigação do referido processo. O primeiro remete a um estudo da natureza da Revolução de 1930 e dos confrontos políticos que dela se desdobraram e o no segundo momento analisa a “república populista”, que se estende de 1945 até 1964. No que se refere às origens do conceito, o autor

assinala a crise do liberalismo oligárquico brasileiro e a necessidade do alargamento institucional das bases sociais de poder do Estado.

Em seu livro *O populismo na política brasileira* (1978), fica claro ao longo de sua argumentação que o *compromisso* com as massas — segmentos urbanos em geral — por parte dos políticos é um recurso para encontrar suporte e legitimidade durante uma crise de instabilidade e de incerteza política. Por isso, segundo o autor, a categoria chave para descrever a relação que se estabelece entre o líder e as massas é a de “manipulação populista”, remetendo à ideia básica de controle e tutela do Estado. A categoria “manipulação” é marcada por uma grande e intrínseca ambiguidade, por ser tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas, quanto uma forma de atendimento de suas reais demandas.

Em geral, para o pesquisador, o governo populista se caracteriza sobretudo pela presença de um estado de compromisso e pela emergência das classes populares no cenário político. Baseado nesta perspectiva teórica, Capelato, argumenta que (2013, p.58) as experiências populistas na América Latina possuem dois aspectos em comum: o primeiro diz respeito a formulação de um projeto de modernização do país baseado em um Estado intervencionista, com ênfase na industrialização. O segundo é a presença de um líder político carismático que conquista as massas, através da sua preocupação com o social, especialmente, no que diz respeito às questões trabalhistas. As diferenças, todavia, são muitas. Colocando em questão, inclusive, a plausibilidade de estudar regimes muito distintos sobre uma mesma lente.

Uma abordagem que contrasta com a de Weffort é a do sociólogo Octavio Ianni. Em sua obra, *O colapso do populismo no Brasil*, publicada em 1968, o pesquisador visou contextualizar o populismo no Brasil entre os anos de 1945 e 1964, período que ele denominou de “democracia populista”, dando sequência as teorias modernistas. O pesquisador identifica o golpe militar de 1964 como resultado do esgotamento das políticas populistas no Brasil. Neste sentido, compreendem-se as políticas direcionadas à manipulação das massa semelhantemente aos defensores da

teoria da modernização. Ou seja, Ianni defende a tese de que a classe trabalhadora poderia ser entendida como facilmente manipulada e instrumentalizada por lideranças carismáticas. De modo que marca o final do populismo no Brasil, a partir do colapso do modelo de desenvolvimento econômico de transição — do rural para o urbano. Segundo esta perspectiva, a partir deste momento a economia do país estaria concentrada inteiramente nas indústrias e, portanto, as políticas populistas não dariam mais conta de controlar as massas. Resultando na intervenção dos militares e, subsequentemente, na instauração da ditadura militar.

Segundo seus críticos (2013, p. 61), essa concepção da emergência das políticas populistas entende a história como um processo evolutivo, ou seja, se baseia na concepção de um tempo linear que caminha por etapas sempre na mesma direção. Estas teorias fazem das sociedades modernas capitalistas um modelo para o desenvolvimento. Sendo assim, caracterizam qualquer política pública que intende atender as necessidades das camadas menos privilegiadas como manipuladoras e demagógicas. Como dito anteriormente, questionamentos a esta perspectiva ganham força a partir das décadas de 1970 e 1980, especialmente, a partir de novos trabalhos que demonstram que os movimentos sindicais das décadas de 1940 e 1950 eram mais ativos que as teorias de Ianni e dos modernistas pressupunham.

Muitos intelectuais de diferentes áreas passaram a rever os parâmetros de análise sobre os movimentos sociais, com o intuito de melhor compreender as experiências do presente. Pesquisas inovadoras sobre o movimento operário foram realizadas com o objetivo de reavaliar a atuação dessa classe frente à política varguista nos seus diferentes momentos. (CAPELATO, 2013, p. 61)

Podemos dizer, a partir destas análises, que a figura do trabalhador é resgatada como sujeito ativo do processo histórico, capaz de fazer escolhas lógicas baseadas em seu campo de possibilidades. Assim, o modo como o conceito era definido nos anos 50, como política de manipulação e cooptação dos trabalhadores pelo Estado, representada por um líder político carismático, foi ultrapassado. Contudo, a definição do conceito do “populismo” continua em disputa na academia. Vários

outros trabalhos sugerem definições e metodologias distintas para sua análise, assim como outros contextos para datar sua origem. Fato que ressalta a plasticidade do conceito e a subsequente complexidade inerente ao seu estudo.

Outro ponto a ser ressaltado é a variedade de conotações que este conceito pode abarcar. Em seguida será analisado o uso do conceito no debate público, buscando assinalar as relações entre a conceitualização acadêmica do fenômeno e seu uso coloquial, especialmente no que diz respeito aos veículos midiáticos. Visto o recorte temático desta pesquisa, elegeu-se analisar o contexto das eleições presidenciais de 1950. Uma vez que, os episódios envolvidos neste período são bastante elucidativos no que diz respeito a concepção de “populismo” pelo público da época.

A corrida presidencial de 1950 e seus impactos políticos

No contexto das eleições presidenciais de 1950, o termo “populista” passa a ser usado no discurso político como sinônimo de manipulação e exploração do povo. O conceito é compreendido na época como uma tática de governo no qual o político propositalmente adota uma retórica que visa extorquir seu eleitorado, apelando a temas de interesse público e fazendo promessas vazias. Aqui, o objetivo será compreender de que modo a mídia da época se apropriou do conceito e atribuiu a ele a conotação pejorativa, que acompanha o fenômeno desde então. Será demonstrado que as mídias antivarguistas se apropriaram do termo “populismo” para travar guerra contra a figura de Getúlio Vargas que, segundo os grandes veículos midiáticos da época, era o exemplo máximo do populismo no Brasil. Capelato, em seu artigo “Mídia e Populismo/ Populismo e Mídia”, argumenta que os veículos de comunicação, especialmente os jornais, tiveram o poder de transformar o conceito em “uma arma de luta política” (2013, p. 65) contra a figura do ex-presidente. Tornando seu suicídio em 1954 uma vitória dos partidários do antigetulismo contra o populismo.

Este embate foi capitaneado por Carlos Lacerda, que na época era jornalista e dono do jornal Tribuna da Imprensa. Além dos jornais impressos, as emissoras de rádio, assim com os primeiros canais de televisão, participaram da articulação contra o governo do ex-presidente. A campanha contou com a participação dos maiores jornais da época, como o Correio da Manhã e O Estado de S. Paulo, além da própria Tribuna da Imprensa.

Em uma coluna publicada no dia 25 de maio, de 1950, na Tribuna da Imprensa, Carlos Lacerda escreve: “desse fenômeno que se chama o “populismo”, mas cujo verdadeiro nome (...) é social-fascismo, isto é, uma demagogia “social” embrulhando um conteúdo inequivocamente totalitário, tornou-se a vitória do referido general uma espécie de pedra de toque do prestígio militar de Ademar, Getúlio e do comunismo”. No dia 19 de junho do mesmo ano, Gustavo Coração, um escritor e membro da UDN — o mesmo partido de Lacerda — publica no mesmo periódico: “Assim, diz esse leitor, seria mais razoável e mais justo o resultado de um pleito, e ficaria afastado o perigo do populismo”. No dia 21 do mesmo mês, seguem os ataques: “É inteiramente insensato pensar que é possível evitar a impostura, corrigir o populismo do sr. Getúlio Vargas ou do sr. Prestes, para continuarmos nós a viver esse monstruoso regime de duas humanidades que se desconhecem”. Podemos notar nestas passagens a postura geral adotada em relação ao populismo. O conceito é sempre caracterizado como perigoso e problemático, enquanto os políticos identificados como populistas são caracterizados como nocivos ao país.

O antagonismo entre as elites conservadoras e Vargas⁵ esteve sempre presente. Contudo, a disputa ganha novas dimensões com o fim do Estado Novo e

⁵ A “elite” não era a única classe que se contrapunha o governo de Vargas. Os sindicatos, assim como o partido comunista, que se encontrava na ilegalidade na época, também fazia oposição ao governo. Ver: RODRIGUES, L. M. Sindicalismo e Classe Operária, 1930 – 1964. In: FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1983.; e WEFFORT, F. C. Sindicatos e Política. São Paulo: USO, FFLCH, tese de livre-docência. Contudo, a menção específica das elites se deve ao fato de que a discussão desenvolvida diz respeito aos canais jornalísticos da época, cujos maiores expoentes estavam alinhados as alas conservadoras da

o processo da redemocratização. Vargas permanece no poder de 1930 até 1945. Nas eleições de 1945, Eurico Gaspar Dutra, filiado ao PSD, é eleito presidente. Contudo, só consegue ganhar as eleições com o apoio de Getúlio Vargas. Em 1930, a última eleição direta à precedência do país, votaram 1,9 milhões de eleitores, representando 5,7% do país. Em dezembro de 1945, 6,2 milhões de brasileiros foram às urnas, representando 13,4% da população. O resultado demonstra a influência de Vargas na classe operária e o repúdio das grandes massas ao antigetulismo. Getúlio sai como grande vencedor das eleições de 1945, sendo eleito como deputado em sete Estados e senador pelo Rio Grande do Sul e São Paulo. Disso, podemos apreender que “a máquina política montada pelo Estado Novo, visando apoiar a ditadura, podia ser também muito eficiente para captar votos, sob regime democrático” (FAUSTO, 2006, p. 399). Após a promulgação de uma nova Constituição⁶, a democratização no governo Dutra ficou a meio caminho (2006, p. 402). Os trabalhadores conquistaram o direito a greve e à livre associação, contudo, havia tantas imposições, que qualquer transgressão era punida e tida como ilegítima.

Os candidatos para as eleições de 1950 eram: Vargas, pelo PTB, Eduardo Gomes, da UDN e Cristiano Machado, do PSD. A campanha de Vargas estava baseada na defesa da industrialização e na promessa de ampliação das leis trabalhistas. Ele moldava seu discurso conforme o público do Estado que frequentava, ciente do fato de que agora seu êxito político dependia da capacidade de captar uma grande massa eleitoral. O político obteve 48,7% do total de votos, e tomou posse em 31 de janeiro de 1951.

sociedade. Principalmente no que diz respeito a figura de Carlos Lacerda, ver: CHALOUB, J. Liberalismo de Carlos Lacerda. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, 2018, p. 385-428.

⁶ As principais mudanças da Constituição de 1946 foram: As mulheres, acima de 18, passam a ter direito e a obrigação do voto; foram enumerados os benefícios mínimos aos trabalhadores, não muito diferentes daqueles já previstos na Constituição de 1934. O sistema corporativista do Estado Novo foi reafirmado, os indivíduos possuiriam a liberdade de associação, mas apenas regulada pela lei. Os trabalhadores também têm o direito à greve, contudo, seu exercício deverá respeitar aquilo que for regulado pela lei.

No início de seu governo, houve uma mudança de postura no que diz respeito às políticas trabalhistas. O presidente não se limitou ao discurso, ele realmente incentivou a organização sindical e promoveu novas leis que beneficiavam exclusivamente os trabalhadores. O “pai dos pobres”, como foi apelidado, passa a adotar certos aspectos da linguagem dos sindicalistas para promover suas iniciativas e consolidar sua imagem como defensor das políticas públicas. Começa a utilizar com maior frequência expressões como “proletariado”, opondo este segmento da população aos “especuladores e os “gananciosos”, ou aqueles que defendiam os interesses do mercado.

É nesse contexto que, Carlos Lacerda declara Getúlio Vargas seu inimigo mortal e com ele, o populismo. Como mencionado, o veículo de comunicação principal utilizado pelo jornalista foi a *Tribuna da Imprensa*, contudo eram frequentes suas intervenções em outras plataformas, como o programa de rádio O Globo e o periódico *Correio da Manhã*. Nestes se manifestava quase que diariamente a respeito de seus desacordos com o governo. No dia 1 de julho de 1950 publica uma matéria na *Tribuna da Imprensa* em que dizia: “O Senhor Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito não deve tomar posse. Empossado devemos recorrer à Revolução para impedi-lo de governar”. Em uma coluna de opinião que possuía no *Correio da Manhã*, frequentemente adjetivava Vargas de populista, ditador, totalitário e caudilho (2013, p.65). Diversas outras manchetes, artigos e colunas do mesmo tom foram redigidas pelo jornalista.

Lacerda passa a se pronunciar cada vez mais contra o governo de Vargas. Seus sentimentos podem ser resumidos por uma coluna que publica no dia 30 de março, de 1953, em que diz: “O fenômeno mais importante da eleição do prefeito de S. Paulo é ascensão da Democracia Cristã, derrotando o comunismo, o “populismo” e o reacionarismo. Populistas eram as forças principais que apoiavam o honrado professor Cardoso. Os srs. Vargas e Ademar de Barros davam a marca do “populismo” à sua candidatura. Os “shows” nos comícios, os esbanjamentos na

propaganda, a orgia de gastos e de apelos vertiginosos aos instintos e não à razão dos eleitores, eram típicos recursos totalitários posto em prática, até agora com êxito, pelos srs. Getúlio Vargas e Ademar de Barros. Este chegou a financiar o Partido Comunista para criar um candidato que desviasse a “massa” do candidato Jânio Quadros.” Podemos concluir deste excerto que Lacerda tinha como objetivo caracterizar os políticos mencionados como manipuladores e, em geral, desqualificar suas iniciativas. Percebe-se, também, a caracterização dos apoiadores de ditos políticos como massas ignorantes, pessoas sem autonomia e sob o controle de líderes demagógicos.

Foi a partir de 1954 que a campanha contra Getúlio Vargas ganhou força nos órgãos da imprensa. Manchetes como: “Etapa final para o golpe de Estado”, “Por que Lutero⁷ é ladrão”, “Somos um povo honrado governado por ladrões” e “O governo de Getúlio Vargas é, além de imoral, ilegal. É um governo de banditismo e de loucura” invadem os jornais antigetulistas. No dia 11 de agosto, é publicado na Tribuna da Imprensa o seguinte texto: “A Getúlio Vargas dirijo, de todo coração, um apelo supremo; Presidente da República, renúncia para salvar a República. (...) Sai do poder, Getúlio Vargas, se queres ainda merecer algum respeito como criatura humana, já que perdeste o direito de ser acatado como chefe do governo”.

Em resposta as constantes manifestações de Lacerda, no dia 5 de agosto de 1954, há um atentado contra a sua vida. O incidente ocorreu na Rua Tonelero, no Rio de Janeiro, e resultou na morte do guarda-costas de Lacerda, Rubens Vaz. Acredita-se amplamente que um pistoleiro foi contratado pelo governo de Vargas para assassinar o jornalista. O fracasso do episódio intensificou o repúdio à figura do Presidente e ampliou a sensação generalizada de insatisfação. O movimento pela renúncia de Vargas atingiu grandes proporções. No dia 23 de agosto, foi assinado por 27 generais um manifesto exigindo a renúncia do presidente. No dia 24 do mesmo mês Getúlio Vargas comete suicídio no Palácio do Catete. Deixando uma

⁷ A matéria se referia a Lutero Vargas, o filho mais velho de Getúlio Vargas.

nota que se tornou um dos documentos históricos mais emblemáticos da história do país.

A carta denunciava os “grupos internacionais” como os responsáveis pelos problemas do país. Afirmava que estes se opunham às garantias sociais dos trabalhadores e às propostas de impor limites aos lucros excessivos. Lê-se, no último parágrafo: “Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei minha vida. Agora vos ofereço minha morte. Nada receio. Serenamente dói o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História”. Segundo Fausto, “o suicídio de Getúlio exprimia desespero pessoal, mas tinha também um profundo significado político. O ato em si cotinha uma carga dramática capaz de eletrizar a grande massa” (FAUSTO, 2013, p.417). A mensagem que deseja que seu último ato comunique é da mais profunda devoção “ao povo brasileiro”, que seu corpo sirva de doação para as causas populares. De certo modo, Vargas obteve sucesso, uma vez que ficou marcado na história como a voz do povo, o “pai dos pobres”, e o responsável pela implementação das leis trabalhistas no Brasil.

Após o episódio do dia 5 de agosto na rua Tonelero, Lacerda acusa Vargas de ter orquestrado todo o caso. Publicando inúmeras matérias contra o político até o dia de sua morte. Após o suicídio do ex-presidente a situação se inverte, há uma comoção nacional em resposta à carta deixada por Getúlio. Defensores do governo chegam a atacar a sede da Tribuna da Imprensa. Assim, Carlos Lacerda é consolidado como o ícone do antivarguismo e, conseqüentemente, do antipopulismo.

Considerações finais

É possível concluir que partindo da primeira conceitualização de “populismo” realizada pelo Grupo de Itatiaia o conceito adentra na esfera da linguagem política e se transforma em uma peça de disputa discursiva manejada pelos adversários de

Getúlio Vargas. Foi identificado que o termo é empregado pelo público não especializado com uma conotação negativa. São populistas os políticos que enganam o povo com promessas nunca cumpridas ou, pior ainda, aqueles que se utilizam de retórica vazia em nome de seus interesses pessoais. Desta forma, o princípio da classificação, que identifica a categoria na experiência brasileira, acabou por ser associado a um critério de valor que hierarquiza e condena o populismo e tudo que ele possa adjetivar.

O campo semântico em que o “populismo” estava inserido em 1950 o situava sempre em relação a termos como “manipulação”, “tirania”, “massa” e “alienação”. Neste contexto, o líder populista é sempre uma personalidade mal-intencionada, que abusa de seus poderes e influencia a massa de trabalhadores alienados. A partir do ponto de vista da *Begriffsgeschichte*, em que os conceitos são compreendidos como componentes estruturantes do pensamento, o discurso adotado pela mídia da época pode ser visto como um dos elementos fundamentais para o estudo dos acontecimentos políticos que compõem a história e a identidade do país.

Como mencionado, este texto teve como objetivo demonstrar que a plasticidade do conceito é um dos aspectos que possibilitou o uso político do termo evidenciado. Assim, temos que a conceitualização inicial do termo, que caracterizava as classes populares como alienadas e os políticos populistas como manipuladores, possibilitou sua cooptação realizada pelas mídias da década de 1950.

O movimento recente de teóricos que buscam se afastar desse entendimento do conceito indica a intenção destes pesquisadores de atribuir à classe trabalhadora maiores capacidades de agência política. A polissemia atrelada ao termo, explicita as inclinações políticas daqueles que apelam ao termo para deslegitimar qualquer figura política ligada às causas sociais. Contudo, disso não se deve entender que a pretensão do presente texto seria realizar uma defesa do “populismo”. Ou sequer propor uma conceitualização mais estável ao termo. Buscou-se apenas investigar as articulações entre a produção intelectual e seu uso político, que compõem sua rede de significados.

A compreensão do conceito como fenômeno linguístico permite que compreendamos sua atuação concreta sobre a realidade. O uso do conceito do populismo como arma de luta política pelas mídias antigetulistas fez parte do cenário político da década de 1950 e foi um dos fatores que contribuíram com a formação da cultura política nacional. Atualmente, o conceito ainda é empregado para desqualificar os governos populares, mesmo que vinculados a ideologias opostas. Esse tipo de associação representa uma releitura comprometida da história e tem sido alvo de questionamento por parte dos cientistas sociais que procuram alertar o público ao fato de que o uso político do passado nunca é descomprometido. Portanto, entende-se que compreender a variedade semântica dos conceitos fundamentais da política é essencial para a análise da realidade conjuntural do país, uma vez que, como argumenta Koselleck, a história dos conceitos não se resume à análise da linguagem, mas sim à propriedade da linguagem em refletir a experiência política em curso e, também, indicar os projetos em disputa e as linhas de ação plausíveis para os diferentes atores políticos.

* * *

REFERÊNCIAS

CAPELATO, M. H. **Multidões em Cena: Propaganda política no varguismo e peronismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

_____. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo, Ed Contexto, EDUSP, 1988.

_____. Mídia e Populismo/ Populismo e Mídia. In: **Revista Contracampo**, v.28, n.3, ed. dez-mar, 2013, p. 52-72.

CHALOUB, J. Liberalismo de Carlos Lacerda. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, 2018, p. 385-428.

DELGADO, M. P. **O jornalista e o político Carlos Lacerda nas crises institucionais de 1950-55**. In: Anais do I Colóquio do LAHES, Juiz de Fora, junho de 2005.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo, EDUSP, 2006.

FERREIRA, J. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: Ferreira, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 61-124.

GOMES, A. C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: Ferreira, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-58.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JASMIN, M. G.; FERES JÚNIOR, J. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: JASMIN, M. G.; FERES JÚNIOR, J. (eds.). **História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006. p. 9-38.

KOSELLECK, R. Un texto fundamental de Reinhart Koselleck: la Introducción al Diccionario histórica de conceptos político-sociales básicos en lengua alemana, seguida del prólogo al séptimo volumen de dicha obra. **Anthropos (versão e-book)**, n. 223, p. [n. p.], 2009.

KOSELLECK, R.; GADAMER, H.-G. **Historia y hermenéutica**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1997.

KOSELLECK, R. **Estratos do Tempo: estudos sobre história.** Rio de Janeiro: Contraponto Ed. PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, R. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

KOSELLECK, R. **Crítica e Crise.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154083_01&pagfis=1453>

WEFFORT, F.C. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Sindicatos e Política.** São Paulo: USO, FFLCH, tese de livre-docência.

Recebido 20/10/2024

Aprovado

Licença CC BY-NC 4.0

